JFT 87.9.26-1

Biblioteca Centro de Memoria - UNICAMP

CMUHE033309

"A UNIVERSIDADE nasceu em São Paulo." O Estado de São Paulo, São Paulo,15 nov.,1984.

"A universidade nasceu em São Paulo"

A universidade brasileira só nasceu em 1934, quando cresceu em São Paulo "a consciência de um problema universitário", embora já se sonhasse com sua criação dois séculos antes. Lembrando as origens da USP e o pensamento de seus fundadores, neste ano de seu cinqüentenário, o jornalista Julio de Mesquita Neto analisou a crise que ela enfrenta e chamou a atenção para a necessidade de, em qualquer projeto de reforma, salvar o ideal de fazer dela sempre uma instituição de ensino, ciência e pesquisa. A seguir, a íntegra do discurso que, defendendo essas idéias para um auditório com mais de 200 convidados, o diretor de *O Estado de S.Paulo* pronunciou na abertura do seminário sobre a Universidade, promovido pelo jornal segunda e terça-feira:

AS UNIVERSIDADES
DE SÃO PAULO
29

JFT 8.7.9.26-2

Biblioteca Centro de Memoria - UNICAMP

CMUHE033307

F1

A volta às idéias da origem, nos 50 anos da USP

A VOLTA às idéias da origem, nos 50 anos da USP. O Estado de São Paulo, São Paulo,15 nov.,1984.

Reunimo-nos hoje para dar início a mais uma etapa na procura de solução para problema que toca a todos, direta ou indiretamente, qual seja o da Universidade. Atingindo-nos pelas funções que exercemos na vida pública, ou pela formação intelectual, ou pela preocupação com os destinos do Brasil, esse problema diz respeito mais de perto àqueles que militam no jornal **O Estado de S. Paulo**. Digo-o sem falsa modestia, embora a cortesia me leve a pedir desculpas pela ousadia a tantas ilustres figuras que nos honram hoje com sua presença. É que nesta Casa, como já pertence à história de São Paulo e do Brasil, germinou a semente da idéia universitária, que lá fora muitos já haviam semeado sem encontrar solo fértil. E é nesta Casa, passados 50 anos, que se volta a propor de maneira sistemática a revisão do que se fez neste meio século da Universidade de São Paulo.

A série de reportagens e artigos que vimos publicando sobre o problema universitário paulista continua hoje, com o seminário que instalo com a colaboração do governo do Estado de São Paulo e a presença honrosa da professora Esther de Figueiredo Ferraz. Amanhã, professores universitários darão início aos debates sobre temas candentes. Depois de pesar suas posições e conclusões, de avaliar o que se publicou e o que se disse, teremos, nós de **O Estado**, a árdua tarefa de, como no passado, fazer nossas sugestões.

Cinqüenta anos passados, já não se repetem as circunstâncias que tornaram possível a criação da Universidade de São Paulo. Explico, para que não me acusem de insistir no óbvio, que as situações mudaram. Alteraram-se, sem dúvida — mas a mudança maior foi a de que em 1934, por conjunção feliz de circunstâncias, a idéia pôde aliar-se à ação, e aquilo que o tão falado "Grupo do Estado" pensava foi levado à prática porque um dos membros desse grupo ocupava o governo de São Paulo.

Tenho certeza de que, apesar dos laços de amizade que nos unem pessoalmente, o governador Franco Montoro e eu, s. exa. não se considera um membro do "Grupo do Estado". Pensamos diferentemente sobre os problemas brasileiros — e s.exa. sabe muito bem que não é de hoje que enfocamos de perspectivas diversas as questões da conjuntura nacional. O que não impede — e o amigo Franco Montoro me permitirá a invasão de sua intimidade — que tenha havido, como existe hoje, momentos em que as diferenças se fizeram menores diante da grandiosidade das tarefas a realizar conjuntamente para o bem do País. É por isso, por sabermos democraticamente distinguir o que é ocasional do que não é, por dizer respeito ao Brasil, que o governador do Estado nos honra com sua presença; e, tenho a certeza, que como nós, espera muito deste seminário.

Não apenas a circunstância de não se repetir a conjunção de pensamentos e esforços de Júlio de Mesquita Filho e Armando de Salles Oliveira torna o momento de hoje distinto do de 50 anos atrás. Mudou também o Brasil. Meio século atrás, São Paulo estava saindo de uma derrota militar, que se traduziria, pelas voltas da História, em brilhante vitória política, com eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. A derrota não arrefecera o ânimo dos que haviam sonhado, ao aliar-se aos homens de 30 — depois de formar com Ruy Barbosa na sempre lembrada Campanha Civilista —, como fazer do Brasil um país diverso daquele que a República Velha vinha moldando. E a vitória, por outro lado, não os satisfazia. Não satisfazia pela simples razão de que sabiam que as instituições políticas, por mais perfeitamente acabadas que saíssem das mãos dos constituintes, não poderiam vingar no solo brasileiro, já trabalhado pelo caudilhismo, se não tivessem a alicerçá-las um projeto mais amplo. Projeto hegemônico — para usar a linguagem tão em voga hoje nas Ciências Sociais. Sim, por que não o reconhecer? Por ser, no entanto, projeto fundamentado na Educação e nos valore do que se poderia dizer ser uma Pedagogia Liberal, era um projeto democrático. Ao contrário do que se afirma hoje, em muitos círculos intelectuais, não houve projeto mais democrático — do ponto de vista social — do que aquele que o "Grupo do Estado" decidiu implantar em São Paulo para servir ao Brasil. Era democrático, em primeiro lugar, porque honestamente reconhecia que se fazia mister construí-lo com o saber dos que sabiam; era democrático também porque a Universidade que se instalou em São Paulo era e foi pública, servindo não às elites econômicas (como se diz, hoje, desvirtuando os fatos), mas a toda a população. Pediria a este ilustre auditório que na intimidade da consciência de cada um fizéssemos o balanço de nossas origens sociais e econômicas, bem assim a daqueles que se erigem em críticos ferrenhos do projeto de Julio de Mesquita Filho e de Armando de Salles Oliveira. Elitista tivesse sido aquele projeto, outros teriam sido os homens que se formaram na USP e a fizeram como é hoje.

Caberia esclarecer que não pretendo atribuir ao "Grupo do Estado" a idéia da Universidade. Da mesma forma que não desejo reivindicar para este jornal, meio século passado, a exclusiva preocupação com a necessidade de reformar aquilo que na mentalidade e na estrutura da USP deva ser modificado. Repetindo ilustre pensador paulista, poderia dizer que se a universidade brasileira só nasceu de fato, em São Paulo, em 1934, a consciência de um problema universitário, entretanto, acompanha a nossa história, mesmo antes da independência. De fato, desde o século XVII já se sonhava com a criação de uma universidade no País. Mas, saindo do terreno dos sonhos, após a vinda da família real para o Brasil e especialmente após a independência, a questão estaria quase sempre nas cogitações de políticos e intelectuais. No período imperial, principalmente nas duas últimas décadas do segundo império, o tema da universidade ganha consistência e se definem atitudes decisivas em face do problema. Essas atitudes, em grande parte, explicam a tardia fundação da universidade brasileira. É que essa fundação exigiria não apenas uma clara idéia da universidade e de sua função, mas também, ao mesmo tempo, a firme intenção de pôr de pé a instituição e o poder de fazê-lo. Ora, essas condições se reuniriam no governo de Armando Salles de Oliveira, graças, antes de tudo e acima de todos, à deliberação de Júlio de Mesquita Filho.

Se me permito ferir estes fatos, é tão apenas para podermos chegar à atualidade. Que se pode registrar a um primeiro olhar, quando se tem as atenções voltadas para a instituição que deveria significar o triunfo dos ideais de **Nação**, acalentados pelo povo paulista, que por eles lutou em 1932? Por toda a parte, para onde quer que se lancem as atenções, percebe-se que a palavra que define um estado de espírito é **crise**. A Universidade está em crise! E porque só se fala e só pensa na crise deixou-se, até muito recentemente, de buscar soluções para problemas banais que acometem a Universidade. Foi assim que tais problemas se agravaram.

Em sã consciência, ninguém negará a existência da crise universitária. Ela se manifesta na USP, nas demais universidades paulistas, nas universidades federais. Dir-se-ia que é uma crise generalizada. Note-se, entretanto, que nos países dos quais durante tantos anos

proveio nossa inspiração, as raízes da idéia de Universidade mergulham fundo na História e também na consciência coletiva. E se a crise universitária, sendo mais do que generalizada, sendo universal, se manifesta também nesses países, pela razão exposta lá é mais fácil encontrar caminhos para equacionar corretamente os problemas que surgem. Diria mesmo que lá fora a sociedade se interessa pelos destinos de sua universidade e a socorre e a ampara quando se lhe cobra o cumprimento da obrigação de preservar a fonte de criação e de renovação do saber.

Entre nós, quão diferente é a situação, a começar pela atitude do Estado diante do problema, muitas vezes olímpica, outras vezes sem direcionamento correto. Não vai nisso crítica ao ilustre governador Franco Montoro, que começou a enfrentar e encaminhar a solução do problema salarial, agravado por anos de falta de visão. Nem tampouco à ministra Esther de Figueiredo Ferraz, cujos esforços para atender a parte mínima que fosse das reivindicações justas de um professorado muitas vezes não sensato em sua ação política, chocaram-se com o que gostaria de chamar de "terrorismo dos números". Falo da postura mental dos administradores em geral, que há anos, decênios, relegaram o ensino a condição secundária, embora todos saibam que é da qualidade de dele que dependerá o futuro da Nação. Posição secundária não por falta de recursos, pois em todo o País eles são tragados no sorvedouro do déficit das empresas estatais.

Em meio a essa crise que todos dizem principiar pela questão salarial, proclamam passar pela das dotações orçamentárias em geral, e ninguém sabe onde termina, impõe-se sem dúvida a reforma. Cabe ver, no entanto, que ao criar a Universidade de São Paulo, o "Grupo do Estado" tinha presente que instituições como uma universidade não se criam tão-só por atos governamentais, mas por esses atos, apoiados em pessoas imbuídas do espírito que deve animar os grandes empreendimentos. Essas pessoas, seguramente existem; e a prova disso nos dá este auditório, com presenças tão ilustres a todos os títulos. Cabe, pois, reunir vontades, mobilizar a disposição do sacrifício para realizar as mudanças e abrir os caminhos que viabilizem de novo aquela fórmula tão feliz para o Brasil, que foi um grupo de pessoas encontrar no governo alguém que pensasse igual a elas. Em outras palavras, desejo manifestar minha convicção de que a reforma universitária em São paulo frutificará e dará exemplo ao Brasil, se se preencher uma única condição: respeitada a autonomia universitária, é preciso que entre a universidade e o governo do Estado haja coincidência de pontos de vista sobre o essencial. Foi assim que se fez no passado e é assim que se deve proceder hoje, para que episódios recentes e infelizes, em que, a nosso juízo, a autonomia universitária foi ferida, não se repitam na USP.

Não é apenas a autonomia universitária que se deve respeitar; há alguns princípios gerais dos quais não é possível a ninguém arredar pé, sob pena de a universidade perder sua razão de ser e seu sentido mais profundo. Muitas vezes nos esquecemos de que, ao aceitar as sugestões de Julio de Mesquita Filho sobre a Universidade de São Paulo, Armando de Salles Oliveira não se preocupava apenas com fazer que as Faculdades deixassem — e faço questão de citá-lo — "de ser corpos fragmentários para se tornarem órgãos solidários pertencentes a um só corpo". Ele assim entendia a Universidade — e volto a citá-lo: "uma confederação de professores e estudantes, mas também uma vasta confederação científica". A USP deveria ser isso, mas também algo mais: escolas formadoras de homens dedicados ao exercício da inteligência aplicada, e que "constituirão — são palavras dele — sobretudo os grupos das profissões liberais e do funcionalismo". Gostaria que nos detivéssemos nessas palavras e voltássemos à São Paulo de 1936, quando Armando de Salles Oliveira as proferiu ao receber o título de doutor "honoris causa" pela Universidade. Por elas examinadas à luz das ingentes necessidades da administração da época e do projeto de construção de um Estado brasileiro democrático — que era o projeto do "Grupo do Estado" —, entende-se em que medida Armando não se envergonhava de dizer, na mesma ocasião, que a USP era "o instrumento por meio do qual se prepararão as nossas **élites** dirigentes": os professores, os pesquisadores, os profissionais liberais e o funcionalismo criado na tradição das grandes escolas francesas, e da então recente **London School of Economics**. Esse projeto, concordaremos todos, frustrou-se. A idéia dele, no entanto, ainda é atual — ou alguém recusará a proposição de que os grandes funcionários do Estado devem ser pessoas formadas no espírito crítico que só uma Universidade autônoma e livre pode fomentar? Ou de que a Universidade, mesmo que aberta a todos sem distinção de classe, uma Universidade moderna de massas, pode e deve formar os melhores, aptos a conduzir a sociedade?

Essas idéias de Armando de Salles Oliveira sobre a universidade e sua função no Brasil de então se têm caráter polêmico não nos devem dividir. Devem ser vistas como motivo de reflexão e inspiração — e creio que dessa afirmação poucos irão discordar. O importante, se desejarmos enfrentar com realismo a crise da universidade brasileira, a qual se reflete, como não poderia deixar de ser, na Universidade de São Paulo, é não nos deixarmos seduzir pelo acessório e nos concentrarmos no essencial.

Que é esse essencial, esses princípios gerais a que aludi antes? São algumas afirmações que julgo quase evidentes; e que, encaradas sem partidarismos, poderão permitir a união de todos nós em torno do projeto da nova universidade. Egresso da USP nos anos 40 e 50 — tendo cursado Direito e Filosofia —, sei que a universidade em que me formei era diferente daquela que os senhores têm diante de si, hoje em dia. Quando mais não seja pelo número — esses quase 50 mil alunos, senão mais, que constituem permanente desafio aos professores e à administração. O fato de a USP se haver diversificado, de haver encontrado formas novas de associação de esforços e interesses para fazer face à decrescente participação da universidade nos gastos públicos totais, isso tudo não impede que continue a haver uma idéia de Universidade que deva mantê-la unida. Afinal, aquilo que se chama o "padrão USP" e faz dela destacada universidade no panorama cultural e científico brasileiro deve continuar existindo. Esse padrão foi definido já desde a fundação da universidade, em 1934. A volta às origens, em muitas crises, é o começo da solução delas. Por que não tentar o esforço de fazê-lo?

Em primeiro lugar, essa "vasta confederação científica" a que se referia Armando de Salles Oliveira não pode ter sua vida interrompida. Como que antevendo os assaltos do arbítrio à livre manifestação do espírito, o então governador de São Paulo dizia que sua obra deveria ser continuada pelas gerações, através de trabalho ininterrupto, — cito — "cuja cadência dará a medida dos homens que tiverem a direção do governo". Ele previa que alguns deles, por desvio de inteligência e visão, lhe descontinuassem a obra. Que aconteceria, pois? O trabalho dos paulistas e a riqueza de sua obra poderiam fazer que o brilho aparente das coisas não se alterasse. Profetizava, contudo: "Nunca, porém, a nossa nacionalidade poderia adquirir uma consistência bastante forte para resistir aos ataques que desferissem contra a sua integridade. Improvisam-se soldados, mas não se improvisa a consciência coletiva de uma nação". E arrematava, ao agradecer a homenagem que a Universidade lhe prestava: "São Paulo sabe que a influência, que exerceu e quer exercer na vida nacional, somente será legítima e duradoura — e sublinho o **legítima** e **duradoura** — se for inspirada pelas forças do espírito". Apesar das diferenças políticas que às vezes nos separam, poderia alguém negar ser este um programa válido ainda hoje para os que querem trabalhar na e pela Universidade de São Paulo?

Malgrado o profundo movimento de renovação política que hoje em dia se esboça em torno de um candidato que — apesar de mineiro e ainda que dele tenhamos divergido (e muito) no passado — simboliza os ideiais de **Nação** que sempre foram apanágio de São Paulo, não se pode negar que o Brasil está como que apático. Apatia que persiste, profunda, apesar de, no mundo exterior, se estarem dando transformações sem conta, revolucionando as ciências naturais e as humanas; deitando abaixo os preconceitos e as ideologias do século XIX, os nacionalismos do começo dos anos 20 e dos anos 30. Nesse quadro, em que quando muito nos limitamos a repetir no Brasil os ensinamentos do imediato após-guerra, o abatimento espiritual é marca de crise. Crise apesar da efervescência que se observa em muitos meios, da aparência de renovação dos que nos querem fazer crer que nossa inteligência está viva. Talvez ninguém melhor do que Julio de Mesquita Filho tenha refletido sobre esse problema, atroz em janeiro de 1937, em situação em muitos títulos semelhante à atual. Falando como paraninfo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — a menina dos olhos do "Grupo do Estado" — dizia: "O que essa apatia traduz, o que resulta desse estado de inércia, é um alarmante indiferentismo do nosso meio em face do movimento geral de renovação que atravessa neste momento o pensamento mundial. Realmente, dêem ao que se pratica no Brasil o nome que quiserem; não lhe dêem, porém, o de ensino. Ensinar não é isso. Ensinar não é transmitir pura e simplesmente aquilo que se leu nos livros. Ensinar é alguma coisa mais, é acima de tudo contribuir para o progresso da disciplina que se pretende professar. (...) Antes e acima de tudo, a uma faculdade superior incumbe a missão de fazer progredir a ciência, de formar e guiar pesquisadores: titulares, como os assistentes, devem produzir trabalhos pessoais e dar exemplo aos estudantes". Alguém poderá dizer que o ideal de Júlio de Mesquita Filho, lutando para criar a Universidade de São Paulo e depois para que se mantivesse íntegra, e que o princípio que inspirou a fundação da Faculdade de Filosofia estão hoje superados e podem ser deixados de lado, apesar do gigantismo da USP, ou da excelência de sua produção, ou da diversificação de seus campos de ensino?

Há profunda atualidade nesse outro conceito do chefe do "Grupo do Estado", expendido em diversas ocasiões, mas com o mesmo propósito de defender a criação da Universidade e a da Faculdade de Filosofia como centro de convergência e irradiação do saber. Atualidade não só pelos personagens que põe em confronto, mas pelo sentimento profundamente civil e nacional que se aninha atrás das seguintes palavras: "O desconhecimento, o quase divórcio existente entre civis e militares em nosso país tem sido a causa de um trágico malentendido entre os primeiros e as classes armadas. A desconfiança mútua e, às vezes, até a prevenção, fazendo que uns formem dos outros um

JFT 8.7.9.26-3

33307 F2

A VOLTA ás idéias da origem, nos 50 anos da USP. O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 nov., 1984.

juízo falso, quase sempre injusto, desapareceriam por completo se, no período universitário, os estudantes da Escola Militar ou da Escola Naval e os outros estabelecimentos universitários tivessem a oportunidade de um convívio estreito que se daria na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras através dos cursos de Matemática, Física, Química e mais disciplinas indispensáveis às carreiras das armas". Idéias mortas? Ou preocupação vital com um dos problemas mais candentes da história pátria e que parece voltar a preocupar-nos mais uma vez?

Há alguns pontos sobre os quais desejaria insistir, tendo em conta o pensamento e a experiência de Julio de Mesquita Filho, e a sabedoria fundamentada nos livros, mas dir-se-ia haurida em intuições profundas, de Armando Sales. Se insisto nesses pontos é porque temo que, no ardor de reformar, se cometam erros fatais. O primeiro deles é o seguinte: a única liberdade que importa à universidade é a liberdade do ensino e não a de fazer proselitismo. O segundo, é que nunca será demais repetir que as universidades, qualquer que seja o lugar do país em que se ergam, devem ser criadas para exercer sua influêndia, não sobre uma região, mas sobre toda a Nação. O terceira, é que sem universidades livres, voltadas para a Nação, não há democracia que resista ao assalto das forças demagógicas e reacionárias.

Se lembro essas verdades é porque temo que a crise política nacional as faça esquecidas, como ficaram durante muito tempo. Quem nos garante que uma das causas da crise da Universidade de São Paulo não reside no esquecimento dessas idéias? Quem sabe, também, se muito da crise nacional não reside no fato de a USP, em determinado momento, não ter sabido atender àquilo que Julio de Mesquita Filho dizia ser sua missão precípua: "As universidades — afirmava ele aos formandos da Filosofia em 1945 — criarão entre os que se destinam aos altos postos do magistério, da administração e de comando, um traço de união, uma comunidade no espírito, nos métodos e no sentimento. Espalhadas pelo País, elas serão os centros de convergência das diferentes mentalidades, tendências e correntes de opinião, nas quais se venham a cristalizar, através da unidade de formação do espírito, os princípios e ideais da vida nacional". Em suma, ele e Armando queriam que na Universidade, cujos quadros seriam selecionados de maneira "puramente democrática" entre "os mais capazes", se formulasse o projeto democrático da Nação brasileira.

Essas idéias e esses projetos, sonhados há 50 anos, não serão capazes de unir de novo o pensamento dos estudiosos e a ação do governo? Especialmente agora, quando o Brasil está carente de quem crie as condições para a cristalização dos princípios e ideais da vida nacional?

Minhas senhoras e meus senhores. Peço-lhes desculpas por haver tomado o tempo que a rigor a polidez mandaria fosse todo deixado a nossos ilustres convidados desta noite. Era preciso, no entanto, passados 50 anos, restabelecer a verdadeira imagem de Armando de Salles Oliveira e Julio de Mesquita Filho, contraditórios como somos todos, movidos por suas circunstâncias, mas também por suas vocações, amantes de São Paulo e do Brasil como poucos.

Não é apenas para restabelecer a imagem desses homens que viram longe que lhes tomei o tempo; foi também para poder dizer-lhes que se **O Estado de S. Paulo**, jornal, tanto se preocupa com a Universidade é porque todos nós, do novo "Grupo do Estado", acreditamos na educação, que admite, antecipadamente, a prova do conflito de gerações. Pessoalmente, acredito na imperiosidade de se transmitir uma herança sócio-cultural, mesmo a jovens que possivelmente repudiarão a educação que recebem, mas que também são desprovidos de uma experiência por que se possam pautar. Só depois desse confronto criador é que se poderá dar a coincidência salutar entre a criação transmissora e a receptora — ideal das revoluções genuínas.

Essa é a visão que o liberal que lhes fala tem do problema; um liberal que acredita na democracia; e que, por acreditar nela e saber ser ela o regime em que o mérito é a alavanca que permite a ascenção de todos, acredita também em que uma universidade democrática, aberta aos talentos, tende a ser seletiva e formadora de **élites** intelectuais, mesmo que aberta a quantos queiram freqüentá-la. Creio em que essa universidade moderna de massa — de massa pelo número —, mas de elite pelas lideranças intelectuais que produz, jamais será o reduto do pensamento aristocrático e do segmento social em que ele se gera. Essa universidade vela pela qualidade do ensino, buscando o reconhecimento das inteligências e das capacidades — até mesmo como valores econômicos.

Com isso termino. Não sem antes abusar de sua paciência por mais um minuto e dizer-lhes que se me fosse permitido solicitar-lhes algo, ao longo dos trabalhos desse seminário que instalo, seria precisamente que, ao tratar da reforma da Universidade, os senhores não se deixassem levar pelas correntes mais em voga, e que nas formas de governo fortes da atualidade não vissem senão aquilo que na realidade são, isto é, regimes que apenas se mantêm se o povo não se educa de maneira livre, moderna e crítica. Se os professores que amanhã discutirão os problemas de nossas universidades, o governador do Estado e todos aqueles a que incumbe a histórica tarefa de imaginar e implantar a reforma da USP assim pensarem, o Brasil poderá realizar dentro em breve, estou certo, no âmbito próprio da democracia liberal — que não pode deixar de ser também social — o sonho de uma sociedade mais humana, à sombra de uma justiça mais equânime. O germe disso, no entanto, está na Universidade. E sendo São Paulo o que é, e sendo a USP aquilo que é, malgrado toda a sua crise, é na Universidade de São Paulo, reformada, que se encontrarão alento e inspiração para que a construção da democracia, nesta fase difícil de nossa história, seja tarefa menos árdua porque mais de acordo com nossas tradições mais caras de liberdade.

Foto Claudiné Petroli